



Encontro Nacional de Formadoras e Formadores 2024

Guia de cursista



Informações Gerais

Ação de Formação: Encontro Nacional de Formadoras e Formadores - 2024

Realização: Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados

Número de vagas: até 150, distribuídas em oficinas com até 30 participantes

Carga horária: 14 horas

Público: docentes e profissionais atuantes em atividades de coordenação pedagógica/educacional, servidoras, servidores, magistradas e magistrados que tenham atuado nas ações de Formação de Formadores – FOFO e nas ações de Formação Continuada (FC) da Enfam e Escolas.

Forma de inscrição: por meio de link enviado às escolas para repassar para docentes indicados. Também, enviado por grupo de *WhatsApp* e outros meios digitais.

Período de inscrição: de 24/01 a 20/02/2024

Data de limite para cancelar inscrição: 22/02/2024

Período de realização: de 27/02/2024 a 28/02/2024

Modalidade: presencial

Local: SCES – Trecho 3, Polo 8, Lote 9, 1º andar – Prédio do Conselho da Justiça Federal (CJF) – Brasília - DF, Brasil. CEP: 70.200-003

Docentes: João Augusto Mattar Neto, José Henrique Rodrigues Torres, José Vieira de Sousa, Liliane Campos Machado, Maria Eveline Pinheiro Villar de Queiroz, Vladimir Santos Vitovsky, Sara Fernanda Gama, Daniella Cabeceira, Marcos de Lima Porta, Julia Maurmann Ximenes, Marizete da Silva Oliveira, Kamilla Fernanda da Costa Queiroz Mizuno e Gabriel Henrique Collaço.

Coordenação Pedagógica do curso: Secretaria de Gestão Acadêmica e de Formação – SGF

Coordenação Acadêmica: Secretaria de Gestão Acadêmica e de Formação – SGF

Equipe Gestora:

Ministro Mauro Campbell Marques – Diretor-Geral

Ministro Raul Araújo – Vice-Diretor

Cássio André Borges dos Santos – Secretário-Geral

Fabiano da Rosa Tesolin – Secretário Executivo

Link de avaliação diagnóstica para aplicação:

<https://forms.office.com/r/yVN3dc3kba>

Objetivo Geral

- Analisar aspectos do trabalho didático-pedagógico inerente à formação da magistratura (federal e estadual), bem como de formadoras e formadores, fazendo apontamentos, encaminhamentos para melhorias das ações educativas futuras, considerando boas práticas e aspectos teórico-metodológicos, conforme Diretrizes Pedagógicas da Enfam e Literatura educacional, com finalidade de maior qualidade na prestação dos serviços jurisdicionais.

Objetivos Específicos

- Situar aspectos e procedimentos teórico-práticos para planejar e realizar ações educativas para a formação da magistratura e de formadoras e formadores, considerando literatura, desafios atuais, Diretrizes Pedagógicas da Enfam e contexto social/judicial e escolar local;
- Indicar encaminhamentos com base em aspectos e procedimentos teórico-práticos para planejar e realizar ações educativas para a formação da magistratura e de formadoras e formadores e desenvolver ações educativas em 2024, considerando desafios atuais e abordagens/orientações da literatura, das Diretrizes Pedagógicas da Enfam e do contexto social/judicial e escolar local;
- Indicar estratégias e instrumentos de avaliação coerentes com os objetivos de aprendizagens e com a intencionalidade pedagógica no que se refere ao ensino profissional do público alvo da formação;
- Analisar as potencialidades do *storytelling*, como estratégia metodológica/avaliativa no contexto da formação judicial;
- Relacionar possibilidades metodológicas ágeis/ativas para melhor apoiar as práticas de atividades docentes voltadas para desenvolver competências, em ações presenciais e a distância;
- Analisar aspectos teórico-práticos para orientar práticas/atividades docentes, pautadas em metodologias ativas, voltadas para desenvolver competências, em ações a distância, considerando o papel docente para a promoção do engajamento discente nas atividades propostas.

Conteúdos/Programação

HORÁRIO	ATIVIDADES 1º DIA – MANHÃ
8h30 – 8h45	Credenciamento
8h45 – 9h	Abertura – Boas vindas formadoras e formadores
9h – 10h30	Roda de Conversas entre pares/especialistas Objetivo: Indicar encaminhamentos com base em aspectos e procedimentos teórico-práticos para planejar e realizar ações educativas para a formação da magistratura e de formadores, considerando literatura, desafios atuais e Diretrizes Pedagógicas da Enfam e contexto social/judicial e escolar local. Tema 1: Aspectos fundamentais teórico-práticos para desenvolver ações educativas no âmbito da formação da magistratura Formadoras e formadores convidados: <i>José Henrique Torres (Desembargador Formador - TJSP)</i> Participação especial para o diálogo: docentes das oficinas Coordenação/Mediação - Enfam: Júlia Ximenes e Marizete Oliveira
10h30 – 10h45	Intervalo
10h45– 12h	Tema 2: Metodologias ativas para a educação presencial, <i>blended</i> e a distância e a formação de formadoras e formadores Formador/especialista convidado: <i>João Mattar Neto (Prof. Dr. Abed)</i> Participação especial para o diálogo: docentes das oficinas Coordenação/Mediação - Enfam: Júlia Ximenes e Marizete Oliveira
12h – 14h	Intervalo para almoço

1º DIA – TARDE	
14h – 18h Intervalo: 16h – 16h20	Oficina 1 – Planejamento e Coordenação de ações Educativas para Desenvolvimento de Competências Condução: <i>Júlia Ximenes, Marizete Oliveira e Kamilla Mizuno</i> Objetivo 1: <i>Indicar encaminhamentos com base em aspectos e procedimentos teórico-práticos para planejar e realizar ações educativas para a formação da magistratura e de formadoras e formadores e desenvolver ações educativas, considerando desafios atuais e abordagens/orientações da literatura, das Diretrizes Pedagógicas da Enfam e do contexto social/judicial e escolar local.</i> Oficina 2 – Avaliação para aprendizagem Condução: <i>José Vieira e Sara Gama</i> Objetivo 2: <i>Indicar estratégias e instrumentos de avaliação coerentes com os objetivos de aprendizagens e com a intencionalidade pedagógica no que se refere ao ensino profissional do público alvo da formação.</i> Oficina 3 – Storytelling – possibilidades metodológicas e avaliativas Condução: <i>Maria Eveline e Gabriel Collaço</i> Objetivo 3: <i>Analisar as potencialidades do Storytelling, como estratégia metodológica/avaliativa no contexto da formação judicial.</i> Oficina 4 – Metodologias Ativas para formação profissional Condução: <i>João Mattar Neto e Vladimir Vitovsky</i> Objetivo 4: <i>Relacionar possibilidades metodológicas ágeis/ativas para melhor apoiar as práticas de atividades docentes voltadas para desenvolver competências, em ações presenciais e a distância.</i> Oficina 5 – Orientação para docência no EaD Condução: <i>Daniella Cabeceira e Marcos Porta</i> Objetivo 5: <i>Analisar aspectos teórico-práticos para orientar/direcionar práticas/atividades docentes, pautadas em metodologias ativas, voltadas para desenvolver competências, em ações a distância, considerando o papel docente para a promoção do engajamento discente nas atividades propostas.</i> (Cada pessoa poderá fazer a inscrição em até 3 oficinas)
18h	Encerramento nas próprias oficinas

HORÁRIO		ATIVIDADES 2º DIA – MANHÃ
9h – 12h		Repetição das oficinas (Cada pessoa poderá fazer a inscrição em até 3 oficinas)
Intervalo: 11h – 11h15		
12h – 14h		Intervalo para almoço
2º DIA – TARDE		
14h – 18h		Repetição das oficinas (Cada pessoa poderá fazer a inscrição em até 3 oficinas)
Intervalo: 16h – 16h20		
18h		Encerramento nas próprias oficinas

Proposta metodológica

A modalidade de ensino escolhida é a presencial, com o objetivo de valorizar vivências e aprendizagens em pares.

Assim como as demais ações de formação ofertadas pela Enfam, a proposta para o desenvolvimento do Encontro tem como referência as Diretrizes Pedagógicas da Enfam. Com base nelas, as atividades deverão ser planejadas e desenvolvidas pelas formadoras e pelos formadores considerando os fundamentos e os princípios expressos no documento. Para tanto, devem ser observados alguns aspectos que expressam:

1. Organização do processo de ensino e de aprendizagem tendo **a prática como elemento mediador para a construção do conhecimento e estruturador de novas práticas;**
2. Desenvolvimento da ação educativa com vistas ao **aperfeiçoamento/desenvolvimento de competências;** e
3. Estruturação do conhecimento **articulando teoria e prática, protagonismo dos sujeitos da formação e trabalho colaborativo.**

Na lógica teórico-metodológica de viabilizar a problematização com o movimento de articular teoria e prática, o Encontro será desenvolvido conforme programação anexa, no decurso de dois dias, com a integração de palestras, debates e atividades em oficinas, integrando relatos de experiências, observando-se a seguinte orientação:

Tema: Aspectos fundamentais teórico-práticos para desenvolver ações educativas no âmbito da formação da magistratura – roda de conversas entre pares e especialistas

Desenvolvimento:

1. Palestras – roda de conversas entre pares e especialistas - relacionadas a temas pedagógicos ou ligados à educação judicial/FOFO. Tem a intenção de viabilizar a ampliação e o aprofundamento dos saberes de profissionais da Educação em ações de formação de magistrados, na modalidade a distância e presencial. Deverão ser desenvolvidas de forma a **promover o diálogo, o debate e a troca de experiências entre especialistas e participantes**. Contarão com profissionais com experiências nas ações Enfam-Escolas, na Educação Judicial e Educação de forma geral, em diversas modalidades de ensino. Para isso, após as falas dos palestrantes, haverá um tempo para o **público fazer perguntas** que poderão ser respondidas pelo especialista da mesa que se sentir à vontade para responder e/ou complementar a resposta.

- **Tempo e forma de atuação das formadoras e dos formadores (Palestras/Relatos de Experiências):** Cada formadora ou formador **palestrante** terá o tempo de 60 minutos para exposição do tema. **Os expositores de Relato de Experiências** serão contemplados nas oficinas, que deverão ser organizadas com tempo para socialização de práticas e para trazer proposições de ações futuras, considerando as inscrições para mostra de trabalho e/ou relatos de experiência, no momento da inscrição do evento. Serão viáveis até 5 mostras/relatos por tema. Cada inscrita ou inscrito deverá preparar material para socialização de até 10 minutos em cada oficina.
- **Coordenação e mediação da mesa:** como profissionais docentes com experiências no FOFO, terão o papel de integrar o discurso pedagógico percebido nas falas/respostas dos especialistas ao contexto de atuação da tutoria no âmbito da magistratura. Atuarão no sentido de mediar/coordenar o debate a partir de questões levantadas pelos participantes do evento, considerando as abordagens dos especialistas e as mensagens que considerar importantes serem passadas, conforme objetivo do evento. Deverão, ao final das palestras/falas dos especialistas, conduzir a participação do público e, ao final, fazer considerações finais (5 minutos).

2. Oficinas – atividades teórico-práticas relacionadas às temáticas específicas, cujo **eixo orientador é o desenvolvimento docente**. Serão promovidas por especialistas (docentes com domínio no tema) em áreas específicas que contribuem para a atuação de docentes/profissionais da Educação. Têm como intenção promover o aprofundamento em temas específicos da prática educativa e trazer inovações para a educação como um todo, em especial, ações EaD/on-line.

Nas oficinas ocorrerão **Relato de Experiências** e sínteses teóricas com encaminhamentos para a formação de formadoras e formadores. Para isso, as inscrições deverão ser organizadas com tempo para socialização de práticas e para trazer proposições de ações futuras, considerando as inscrições para mostra de trabalho e/ou relatos de experiência, no momento da inscrição do evento. Serão viáveis até 5 mostras/relatos por tema/oficina. Cada inscrita ou inscrito deverá preparar material para socializar na oficina inscrita – o tempo máximo será de até 10 minutos para cada inscrição/demonstração/relato – em cada oficina.

A proposta das oficinas será conforme programação, com atuação de docentes nas oficinas em duplas e trios, em alguns casos.

Sistema de Avaliação e Certificação

Avaliação diagnóstica:

A avaliação diagnóstica tem por objetivo identificar as necessidades institucionais e individuais de formação, além dos conhecimentos prévios dos discentes, suas expectativas e necessidades, em termos de conhecimentos, práticas e comportamentos, tendo em vista a realização da prestação jurisdicional com qualidade, efetividade, ética e comprometimento.

O instrumento foi elaborado pela equipe da Seção de Programas de Formação e pelo Núcleo de Atividades Acadêmicas e de Pesquisa e aprovado pela Secretaria de Gestão Acadêmica e de Formação.

O link de avaliação diagnóstica deverá ser enviado pela equipe de divulgação/desenvolvimento, no ato da inscrição e/ou validação das inscrições, para resposta pelos participantes da ação educativa. Deverá ser aplicado em tempo hábil, para favorecer a análise pela coordenação acadêmica e de docentes/equipes até 10 dias antes da ação educativa ser realizada.

Avaliação de aprendizagem e de reação (desempenho docente e avaliação do evento)

Com fundamentos na perspectiva formativa, a avaliação será desenvolvida ao longo do curso, processualmente, a partir de procedimentos e instrumentos propostos e desenvolvidos pelas formadoras e pelos formadores e equipe pedagógica da Enfam, em sintonia com os objetivos da ação educativa.

Assim, a avaliação será desenvolvida em três perspectivas: a avaliação da aprendizagem do magistrado aluno, a avaliação da formadora ou do formador e a avaliação do curso.

A avaliação da aprendizagem – seguindo a orientação das Diretrizes Pedagógicas da Enfam, a avaliação tem caráter formativo e está voltada para o desenvolvimento de competências profissionais, com a finalidade de contribuir para as aprendizagens.

Nesse sentido, a ação avaliativa, individual e/ou coletivamente, será desenvolvida nas oficinas por meio da observação desenvolvida pelas formadoras e pelos formadores. O acompanhamento e a avaliação dos resultados das aprendizagens serão

desenvolvidos de forma a permitir à formadora ou ao formador observar o processo de estruturação do conhecimento pelo participante, possibilitando a ambos o exercício de regulações, no sentido de corrigir, complementar, ampliar e/ou rever aspectos que promovam melhores condições de aprendizado.

Avaliação de Reação – a avaliação envolve a participação tanto dos docentes, quanto do evento, prevendo, em instrumentos formulados para a avaliação de reação, a análise de aspectos relacionados ao desenvolvimento do curso e ao desempenho docente.

Seguindo a orientação da avaliação formativa, o resultado da avaliação do evento e de desempenho dos formadores permitirá a reflexão da Escola, dos formadores e da equipe técnica, no sentido de verificar correções e ajustes necessários ao aperfeiçoamento da oferta, assim como, de acordo com os resultados, verificar a necessidade de estruturar orientação aos docentes e equipe técnica que tenha atuado no curso. O instrumento para isso será disponibilizado pelo EducaEnfam (<https://educa.enfam.jus.br/>), ao final da ação.

Certificação

Ao final do curso, participantes que realizarem as atividades propostas e obtiverem aproveitamento igual ou superior a 75% receberão certificado de conclusão, emitido pela Enfam, com a carga horária já indicada e conforme programação.

Desistência e cancelamento

Como consta no guia, o prazo de cancelamento da inscrição é **de três dias úteis antes do início da formação. Desistência, sem devida justificativa (caso de saúde)**, poderá acarretar ressarcimento ao erário das despesas custeadas pela Enfam para sua participação formativa, bem como o impedimento de participação em outra ação formativa promovida ou custeada pela Enfam pelo período de 6 (seis) meses, nos termos da **Portaria Enfam n. 8/2018**.

Participação em Oficinas

- Cada pessoa poderá se inscrever em até 3 das oficinas do evento e, se quiser, também poderá se inscrever para fazer relato de experiência nas oficinas eleitas.
- Os relatos serão, o máximo, 5 por oficina, como exposição oral de até 10 minutos. Para os relatos, serão selecionadas as primeiras 5 inscrições em cada oficina.
- Quem não for selecionada ou selecionado para relatar experiências, poderá enviar material para *stand* de mostras de materiais orientadores de práticas educativas nas oficinas relativas ao tema da prática.
- As inscrições serão mediante link de inscrição e a definição de temas/relatos será mediante respostas da avaliação diagnóstica – que deverá ser respondida até dia 05/02/2024.

Currículo resumido dos docentes

DANIELA CABECEIRA – Analista Judiciário (área administrativa) do Superior Tribunal de Justiça. Atuou na Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados - ENFAM de abr/2013 a set/2022, onde foi responsável pela educação a distância. Mestre em Educação pela Universidade de Brasília – UnB. Administradora com especializações em Gestão Estratégica de Organizações com Ênfase no Balanced Scorecard pela Universidade Católica de Brasília, e Gestão Governamental e Responsabilidade Fiscal pela Universidade do Sul de Santa Catarina –UNISUL.

Tutora de cursos a distância nas áreas de gestão, de planejamento e de educação a distância.

Moodle Course Creator Certificated. Experiência nas áreas de gestão estratégica, gestão da educação a distância, design instrucional, produção de conteúdo para EaD e tutoria.

JÚLIA MAURMANN XIMENES – Graduada em Direito pela Universidade de Brasília (1994), mestre em Direito pela Universidade Metodista de Piracicaba (2001) e doutora em Sociologia Política pela Universidade de Brasília (2007). É pós-doutora pela Universidade da Califórnia (Davis, 2014) e pesquisadora (consultora individual) em editais do PNUD e da Unesco na área da judicialização das políticas públicas. Professora do corpo permanente do Doutorado Profissional em Políticas Públicas da Enap e do Mestrado da Enap. Professora do curso de Pós-Graduação lato sensu (EaD) Controle da Desestatização e da Regulação e do curso de Análise Econômica do Direito, do Instituto Serzedello Corrêa/TCU. Coordenadora de Gestão Acadêmica e Formação da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados (Enfam). Áreas de interesse: Direito e Políticas Públicas, controle de políticas públicas, judicialização da política, das políticas públicas e políticas regulatórias, metodologia do ensino e da pesquisa, sociologia jurídica e política.

GABRIEL HENRIQUE COLLAÇO – Gabriel Henrique Collaço é formado em Comunicação Social - Jornalismo pela Universidade do Vale do Itajaí (Univali/SC). Especialista em Jornalismo Cultural pela Pontifícia Universidade de São Paulo (PUC/SP), em Metodologia para Educação a Distância, em Docência do Ensino Superior e em Marketing Digital e Comércio Eletrônico pela Universidade do Sul de Santa Catarina (Unisul/SC). É professor em cursos de Graduação e de Pós-Graduação, presenciais e virtuais. Professor, assessor pedagógico e coordenador de EaD da Escola Superior da Magistratura do Estado de Santa Catarina (ESMESC). Formador e Professor-Tutor da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados (ENFAM). Atua nas áreas da comunicação, de Storytelling, de Media Training e Redes Sociais, das linguagens, da escrita criativa, das metodologias do ensino e da pesquisa.

JOSE VIEIRA DE SOUSA – Possui graduação em Pedagogia pela Associação de Ensino Unificado do Distrito Federal (1985), e em Letras Português (1994), pela Universidade de Brasília (UnB). Mestrado em Educação (1994) e Doutorado em Sociologia (2003) pela UnB. É Professor Associado da Universidade de Brasília. Coordenador do Grupo de Trabalho Política de Educação Superior da ANPEd, entre 2013 e 2017. É líder do Grupo de Estudos de Políticas de Avaliação da Educação Superior (GEPAES) no Diretório de Grupos de Pesquisa do Brasil/CNPq. Participou do Consortium Européen d'Ingénierie des Médias pour l'Éducation: territoires académiques connectés (2014), no âmbito da Université de Poitiers/France). Coordenador do Curso de Mestrado Profissional Gestão de Políticas e Sistemas Educacionais da Universidade de Brasília no período entre 2011-2016. Na modalidade Educação a Distância (Ead) coordenou a produção do material didático do Programa de Formação de Professores em Exercício (Proformação), desenvolvido pelo Ministério da Educação (MEC) e do Programa Formação de Professores para as Séries Iniciais do Ensino Fundamental – Projeto Professor Nota 10, realizado pelo Centro Universitário de Brasília. Possui experiência na produção de materiais escritos para a EaD para políticas formativas diversas, destacando-se Programa de Capacitação a Distância para Gestores Escolares (Conselho Nacional dos Secretários de Educação), Projeto Veredas – Formação superior para professores (Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais), Ensino Médio Educação de Jovens e Adultos e Formação para os funcionários da educação – Profucionário (MEC) e para cursos de graduação e pós-graduação lato sensu na área de educação. Atuou como tutor em diversos cursos na EaD. Possui experiência na área de Educação, com ênfase em Política e Gestão da Educação/Avaliação da Educação Superior, trabalhando principalmente com os seguintes temas: política educacional, educação superior, avaliação institucional e avaliação de planos, programas e projetos educacionais. Avaliador institucional e de cursos de graduação do Banco BASIS do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP).

JOSÉ HENRIQUE RODRIGUES TORRES – José Henrique Torres – Juiz de Direito Titular da Vara do Júri de Campinas/SP, formador de formadores e formador dos cursos da ENFAM, tutor e conteudista de Cursos EaD da ENFAM, Professor de Direito Penal e Direitos Humanos da PUCCAMPINAS/SP, do Curso de Especialização em Sistema Penal e Processual Penal do Curso Ductor, do Curso de Especialização em Direito Penal Sanitário no IDISA (Instituto de Direito Sanitário Aplicado) e do Curso de Especialização em Direito Penal da Faculdade de Direito Veris, Especialista em Direito das Relações Sociais (ITEBAURU) e em Direito Processual Penal (PUC/SP), ex-presidente do Conselho Executivo da Associação Juízes para a Democracia – AJD, Membro do Conselho Executivo da Federação de Associações Juízes para a Democracia da América Latina e Caribe – FJD, Membro da Comissão de Altos Estudos sobre Direitos Humanos do Ministério da Justiça, do Grupo de Estudos sobre Direitos Sexuais e Reprodutivos da PBPD – Plataforma Brasileira para a Política de Drogas, do Conselho Consultivo das Católicas pelo Direito de Decidir – Brasil – CDD/Br e da Comissão de Assessoramento da Direção-Geral da ENFAM no planejamento e desenvolvimento de ações pedagógicas e revisão de atos normativos

e projetos relacionados ao programa de formação de magistrados (Portaria ENFAM n. 6/2017).

JOÃO AUGUSTO MATTAR NETO – Bacharel em Filosofia (PUC-SP) e Letras: Português, Francês e Inglês (USP), Certificado de Pós-Graduação em Ensino e Aprendizagem na Educação Superior (Laureate International Universities), Especialista em Administração (FGV-SP), Mestre em Tecnologia Educacional (Boise State University), Doutor em Letras (USP) e Pós-Doutorado (Stanford University), onde foi visiting scholar (1998-1999). É autor de diversos artigos, capítulos e livros, dentre os quais: Filosofia e Ética na Administração (Saraiva), Metodologia Científica na Era da Informática (Saraiva), ABC da EaD: a educação a distância hoje (Pearson), Second Life e Web 2.0 na Educação: o potencial revolucionário das novas tecnologias (Novatec), Filosofia da Computação e da Informação (LCTE), Games em Educação: como os nativos digitais aprendem (Pearson), Introdução à Filosofia (Pearson), Filosofia (Pearson), Filosofia e Ética (Pearson), Guia de Educação a Distância (Cengage Learning), Tutoria e Interação em Educação a Distância (Cengage Learning), Web 2.0 e Redes Sociais na Educação (Artesanato Educacional), Design Educacional: educação a distância na prática (Artesanato Educacional) e Metodologias Ativas para a Educação Presencial, Blended e a Distância (Artesanato Educacional). Foi Coordenador de Pós-Graduação e Pesquisa do Centro Universitário Ibero-Americano (Unibero) e professor, Coordenador do curso de Pós-Graduação lato-sensu (Especialização) em Inovação em Tecnologias Educacionais na Universidade Anhembi Morumbi (Laureate International Universities) e professor/pesquisador/orientador no PPGENT - Programa Profissional de Pós-Graduação em Educação e Novas Tecnologias. Atualmente é professor, pesquisador e orientador no TIDD - Programa de Pós-Graduação em Tecnologias da Inteligência e Design Digital (PUC-SP), onde é líder do GPTED - Grupo de Pesquisa em Tecnologias Educacionais, e professor, pesquisadora e orientador no Mestrado em Ciências Humanas na Universidade Santo Amaro (Unisa), onde é líder do GPIEd - Grupo de Pesquisa Interdisciplinar em Educação. É Diretor de Relações Internacionais da ABED - Associação Brasileira de Educação a Distância. Professor colaborador do Mestrado em Recursos Digitais em Educação, na Escola Superior de Educação (ESE) do Instituto Politécnico de Santarém (Portugal).

KAMILLA FERNANDA DA COSTA MIZUNO – Possui graduação em Pedagogia. Tem experiência na área de Educação, com ênfase em Administração de Unidades Educativas, Práticas de Educação Popular, Educação Inclusiva, de Jovens e Adultos e de Economia Solidária. É Mestre do Instituto Politécnico de Santarém (Portugal) na linha de pesquisa Educação Social e Intervenção Comunitária. Têm experiência no trabalho com a formação de professores numa perspectiva integral. Atuou na Coordenação Pedagógica e na docência no Instituto Federal de Brasília (IFB). Atualmente é pedagoga da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados atuando na área de planejamento de ações educativas.

MARCOS DE LIMA PORTA – Bacharel em Direito pela PUC-SP, onde obteve os títulos de Mestre e Doutor em Direito do Estado, sub-área de concentração: Direito Administrativo. Especialista em Docência do Ensino Superior (FMU). Fez estágio de pós-doutoramento na Faculdade de Educação (UnB). Especialista em Inovações Tecnológicas em Educação (Anhembi-Morumbi). Professor da PUC-SP, do Curso de Direito, das disciplinas: Direito Administrativo e Fundamentos de Direito Público, onde exerce as funções Coordenador do Curso de Direito. Formador de Formadores, Formador, Conteudista/coordenador e Tutor de Cursos promovidos pelo CNJ e Enfam. Participou e concluiu diversos cursos presenciais e em EAD, promovidos pela ENFAM. Participa do módulo nacional de formação inicial com a disciplina: o Juiz e o Mundo Virtual. Participou como membro efetivo do Grupo de elaboração das diretrizes de avaliação de cursos da Enfam.

MARIA EVELINE PINHEIRO VILLAR DE QUEIROZ – Pedagoga; mestra em Educação (área de pesquisa: Formação Docente) pela Universidade de Brasília – UnB. Atuou nas redes pública e privada de Educação Básica do DF e em cursos de formação docente – Pedagogia e Licenciatura em instituições de ensino superior de Brasília e no Instituto Federal de Brasília – IFB. Trabalhou na Coordenação de Ensino Médio do Ministério da Educação. Participou da elaboração de material didático para o Projeto Veredas da Secretaria de Estado da Educação de Minas Gerais e para o Programa Professor Nota 10, da Secretaria de Educação do Distrito Federal, e da publicação dos livros Projeto político-pedagógico da escola e Docentes universitários aposentados: ativos ou inativos, ambos organizados pela Professora Ilma Passos Veiga.

MARIZETE DA SILVA OLIVEIRA – Pedagoga. Mestre em Educação, linha de Pesquisa Currículo e Formação de Profissionais da Educação, pela Universidade de Brasília. Especialista em Educação a Distância pela Universidade de Brasília. Especialista em Gestão/Coordenação Educacional, pela Unyleya. Capacitação em Tutoria On-line, em Design Instrucional e Elaboração de Conteúdo. Organizou as apostilas do curso Gestão de Pessoas (2011) e do I Curso de Formação de Formadores (2012), realizados pela Enfam. Organizou e participou da elaboração do conteúdo do livro: Planejamento de Ensino no Contexto da Magistratura: Trilhas Teórico-Práticas (2014) – material didático da Enfam para cursos sobre planejamento de ensino. Organizou e participou da elaboração do material didático do curso a distância da Enfam: Planejamento de ensino no contexto da magistratura (2015). Participou da organização do material didático do curso da Enfam de tema: Formação de Tutores no contexto da magistratura (2015). Elaborou e organizou curso de Coordenação Pedagógica (2018). Atua no planejamento e na coordenação pedagógica de ações educacionais presenciais e a distância e como formadora em cursos de formação de formadores na Enfam presenciais e a distância.

SARA FERNANDA GAMA – Mestre em Direito Público pela Universidade Portucalense Infante D. Henrique (Porto - Portugal). Mestrado validado no Brasil pela Universidade de Marília-SP. Graduada em Direito pela Universidade Federal do Maranhão (1992). Pós-graduada em direito processual civil pela Universidade Federal de Pernambuco em parceria com a Escola Superior da Magistratura do Estado do Maranhão. Pós-graduada em Ciências político-jurídicas pelo Instituto de Ensino Superior do Sul do Maranhão-UNISULMA. Formadora colaboradora da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados (ENFAM) desde agosto/2014, nas áreas de Infância e Juventude (modalidade presencial), Direito Notarial e Registral (tutora em EAD) e Formação de Formadores (modalidade presencial). Juíza de Direito titular do 1º cargo da 6ª vara da Fazenda Pública de São Luís-MA. Exerceu a função de Juíza Auxiliar da Presidência do TJMA em 2015, responsável pelas demandas junto ao Conselho Nacional de Justiça. Auxiliar da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Maranhão, na pasta referente às serventias extrajudiciais, durante o biênio 2016/2017 e 2020/2022. Integrante do NAE - Núcleo de Aprimoramento dos Serviços Extrajudiciais da Corregedoria Geral de Justiça do estado do Maranhão. Membro da Academia Maranhense de Direito Notarial e Registral.

VLADIMIR SANTOS VITOVSKY – Doutor pela Universidade de Coimbra, no Programa de Doutorado “Direito, Justiça e Cidadania no Século XXI” (2017), organizado em conjunto pelas Faculdades de Direito e Economia, com a defesa da Tese intitulada “Fora do Processo, dentro da comunidade: um estudo sobre as possibilidades e limites de uma justiça participativa”, orientado do Professor Dr. Boaventura de Sousa Santos, aprovado com Distinção e Louvor por unanimidade, mestre em Direito pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (1997-1999), graduado em Direito pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (1991-1996), graduado em Economia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (1991-1994). Juiz Federal Titular da 9ª Vara Federal de Execução Fiscal do Rio de Janeiro. Juiz Formador da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados (ENFAM). Coordenador do Curso de Formação Inicial e de Aperfeiçoamento para fins de Vitaliciamento de Magistrados. Membro integrante da Comissão de Acompanhamento dos Cursos de Aperfeiçoamento e Especialização (CAE) da Escola da Magistratura Regional Federal da 2ª Região (EMARF). Coordenador da Comissão de Gestão da Administração Judiciária do CAE/EMARF. Juiz Federal Supervisor do Centro de Atendimento Itinerante da Justiça Federal no Complexo do Alemão e demais comunidades (CAIJF). Professor. Desenvolve atividades de ensino, pesquisa e extensão na área de Acesso à justiça e educação para cidadania, e Formação de Magistrados.



@enfamoficial

Estamos no WhatsApp



Participe e receba as novidades



Formação de
Formadores



Formação
Continuada